

• Nacional

ORÇAMENTO

Seplan quer evitar que novos cortes atinjam os setores prioritários

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

"De forma geral, não haverá qualquer exceção. Os cortes terão mesmo que totalizar NCz\$ 8,5 bilhões", disse ontem o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, afastando a possibilidade de um recuo na decisão do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, de impor um corte adicional de 55,08% sobre os gastos com a máquina administrativa do governo federal.

O protocolo da SOF permaneceu aberto até mais tarde, ontem à noite, para receber as sugestões de cortes dos diversos ministérios e do Poder Judiciário. Mas nem todos entregaram suas propostas, pois ainda esperam rediscutir a questão com a Secretaria de Planejamento (Seplan). Até o final da tarde, ainda não estavam concluídos os cortes no orçamento da própria Seplan, que dependiam da palavra final do ministro.

Cabe aos ministérios apontar despesas administrativas e investimentos a serem suspensos, para permitir uma economia, neste ano, de NCz\$ 6,5 bilhões — ou 55,08% do total classificado como "outros custeios e capital", excluindo a área de educação, que ficou fora dos cortes. Os outros NCz\$ 2 bilhões serão cortados linearmente pela própria SOF, nos gastos com a folha de pagamento dos servidores, que agora só recebem seus salários no início do mês seguinte.

"Reconheço que os cortes são mesmo brutais, mas precisam ser feitos e vão sê-lo, sem dúvida alguma", afirmou a este jornal Pullen Parente, que vem mantendo uma série de reuniões com as áreas técnicas dos ministérios, para encontrar alternativas que não impliquem a paralisação de setores prioritários. Essas discussões já eram previstas quando a Seplan reuniu os secretários-gerais para comunicar a necessidade do corte adicional no orçamento.



Pedro Pullen Parente

Os casos mais críticos vêm sendo analisados individualmente, segundo Pullen Parente, especialmente quando se trata de órgão cujo orçamento praticamente se restringe ao custeio da máquina administrativa. E o caso, por exemplo, do Poder Judiciário, cujas atribuições foram ampliadas pela Constituição, exigindo gastos de investimento e custeio com prazos determinados.

"Há casos e casos", observa o secretário, reconhecendo as dificuldades de um órgão como o Supremo Tribunal Federal (STF), que será obrigado a implantar, por força de norma constitucional, cinco tribunais regionais ao longo deste ano. De forma geral, o Judiciário só tem gastos de manutenção — além da folha de pagamento, que não entra no custo das despesas com "outros custeios e capital" — e enfrenta dificuldade para cumprir a determinação da Seplan.

O titular da SOF reafirmou a impossibilidade de uma solução provisória para liberar as verbas para a agricultura, exportações e indústria, que dependem de financiamentos através do orçamento das Operações Oficiais de Crédito. "É impossível liberar verbas sem o Orçamento. Seria ilegal", disse o secretário, garantindo que logo após a apreciação dos vetos presidenciais, pelo Congresso, serão restabelecidos esses créditos.